

Tecnologias Sociais, Economia Solidária, Agroecologia e Desenvolvimento Territorial: a ação extensionista do NESIC/UCPel junto à comunidade de dependentes químicos em recuperação e o seu entorno

Aline Mendonça dos Santos, Renato da Silva Della Vechia, Solaine Gotardo, Tiago de Garcia Nunes e Vanessa Monks da Silveira

Otra Economía, vol. 12, n. 21:204-218, enero-junio 2019. ISSN 1851-4715

Tecnologias Sociais, Economia Solidária, Agroecologia e Desenvolvimento Territorial: a ação extensionista do NESIC/UCPel junto à comunidade de dependentes químicos em recuperação e o seu entorno

Tecnologías Sociales, Economía Solidaria, Agroecología y Desarrollo Territorial: la acción extensionista del NESIC/UCPel junto a la comunidad de dependientes químicos en recuperación y su entorno

Social Technology, Solidarity Economy, Agroecology and territorial development: a NESIC's/UCPel extension action within the chemically dependent group in treatment and its surroundings

Aline Mendonça dos Santos*

nocams@gmail.com

Renato da Silva Della Vechia**

rdellavechia@gmail.com

Solaine Gotardo***

mana.gotardo@gmail.com

Tiago de Garcia Nunes****

nunestg@gmail.com

Vanessa Monks da Silveira*****

nessamonks@hotmail.com

Resumo: O artigo discute um dos projetos do NESIC que visa desenvolver e ampliar as ações de extensão e incubação de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) a partir do trabalho proposto em parceria com o programa de recuperação de dependentes químicos - vinculados a Comunidade Terapêutica do Centro de Tratamento Alcoolismo e Drogadição/ CAEX (Pelotas) - articulando as dimensões associadas a Economia Solidária, Laborterapia, Agroecologia, Segurança e Soberania Alimentar e Nutricional e o desenvolvimento de Tecnologias Sociais junto a populações em situação de vulnerabilidade socioeconômica. No âmbito da produção, o projeto implica na constituição de quintal agroecológico de produção orgânica e organização

* Universidade Católica de Pelotas, Pelotas, Brasil.

** Universidade Católica de Pelotas, Pelotas, Brasil.

*** Universidade Católica de Pelotas, Pelotas, Brasil.

**** Universidade Católica de Pelotas, Pelotas, Brasil.

***** Universidade Católica de Pelotas, Pelotas, Brasil.

coletiva que deve se constituir em um EES, bem como num processo de laborterapia para os dependentes químicos que estão em processo de recuperação na Comunidade Terapêutica CAEX. No âmbito da comercialização e do consumo, o projeto consiste numa relação estreita entre os sujeitos da produção e a Rede Bem da Terra, uma rede de economia solidária consolidada no município de Pelotas há aproximadamente 12 anos e que envolve produção, distribuição e consumo.

Palavras-chave: Economia Solidária, Laborterapia, Agroecologia, Soberania Alimentar e Tecnologias Sociais.

Resumen: El artículo discute uno de los proyectos del NESIC que busca desarrollar y ampliar las acciones de extensión e incubación de Emprendimientos Económicos Solidarios (EES) a partir del trabajo propuesto en asociación con el programa de recuperación de dependientes químicos -vinculado a la Comunidad Terapéutica del Centro de Tratamiento Alcoolismo e Drogadição/ CAEX (Pelotas)- articulando las dimensiones asociadas a la Economía Solidaria, Laborterapia, Agroecología, Seguridad y Soberanía Alimentaria y Nutricional y el desarrollo de Tecnologías Sociales junto a la poblaciones en situación de vulnerabilidad socioeconómica. En el ámbito de la producción, el proyecto implica la constitución de una quinta agroecológica de producción orgánica y organización colectiva que debe constituirse en una EES, así como en un proceso de laborterapia para los dependientes químicos que están en proceso de recuperación en la Comunidad Terapéutica CAEX. En el ámbito de la comercialización y del consumo, el proyecto consiste en una relación estrecha entre los sujetos de la producción y la Red Bien de la Tierra, una red de economía solidaria consolidada en el municipio de Pelotas hace aproximadamente 12 años y que envuelve producción, distribución y consumo.

Palabras clave: Economía Solidaria, Laborterapia, Agroecología, Soberanía Alimentaria, Tecnologías Sociales.

Abstract: The article discusses one of the projects of NESIC that has the objective of developing and expanding the advisory and extension actions of Solidarity and Economic Entrepreneurships (SEE) from the partnership work with the recovery program of the chemically dependent – associated to the Therapeutic Community of the Center for Alcoholism and Drug Addiction Treatment /CAEX (Pelotas) – integrating the dimensions associated to Solidarity Economy, Labor therapy, Agroecology, Food Security and Food Sovereignty: and the development of Social Technologies within the socioeconomic vulnerable population. In the production sphere, the project entails the constitution of an agroecological garden of organic production and collective organization that should be constituted as an SSE, as well as a labor therapy process for the chemically dependent that are in recovery process in the CAEX Therapeutic Community. In the commercialization and consumption area, the project consists of a tight relationship between the subjects from the production and from Rede Bem da Terra, a solidarity economy network established in the city of Pelotas for approximately 12 years and that involves production, distribution and consumption.

Key words: Solidarity Economy, Labor therapy, Agroecology, Food Security, Social Technologies.

Introdução

Ao longo de aproximadamente duas décadas, as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs) do Brasil vêm dimensionando uma proposta interdisciplinar implicada em três esferas (atividades fim) da universidade: ensino, pesquisa e extensão.

O Núcleo de Economia Solidária e Incubação de Cooperativas (NESIC), fundamentado no âmbito da proposta das ITCPs, é um espaço da Universidade Católica de Pelotas (UCPEL) que há 20 anos está comprometido em legitimar a extensão¹ como um espaço científico e político importante dentro da universidade.

Unindo esforços para criar as condições para visibilizar e potencializar outras formas de produzir e viver, outras economias, o processo de extensão do NESIC consiste em um processo pedagógico,

¹ Historicamente a extensão ocupa um lugar periférico na universidade. Embora o movimento de Córdoba, que deixou um legado na reforma universitária da América Latina, tenha completado cem anos em 2018 pautando a extensão na agenda da universidade, esta é uma questão latente e ainda em disputa.

coletivo e democrático, pautado pelos preceitos da economia solidária. Assim, o NESIC expressa uma solidariedade mútua, uma troca de saberes, de conhecimentos acumulados sob condições sociais e históricas diferentes que se mesclam através do diálogo e que se produzem em duas esferas distintas da vida social: a universidade e a comunidade.

Durante esse período, o NESIC deparou-se com uma diversidade significativa de demandas e sujeitos que esperavam da universidade o apoio necessário para viabilizar seus processos relacionados a produção, distribuição e comercialização a partir dos preceitos da economia solidária a destacar: autogestão, participação e solidariedade. Cada situação comportou histórias, debates, contingências diferentes que implicaram no NESIC considerar metodologias distintas para responder as especificidades das demandas a exemplo das utilizadas pelo NESIC para atuar frente a incubação de empreendimentos econômicos solidários (EES) e frente a incubação de redes de colaboração solidária.

Diante das diferentes demandas, recentemente o NESIC colocou-se frente a um novo desafio: potencializar tecnologias sociais relacionadas a economia solidária e a agroecologia junto a um território considerado rururbano² do município de Pelotas, onde localiza-se uma comunidade terapêutica para dependentes químicos, bem como comunidades com características de vulnerabilidade social. Este desafio resultou no projeto intitulado Tecnologias Sociais, Economia Solidária, Agroecologia e Desenvolvimento Territorial: a ação extensionista do NESIC/UCPel junto à comunidade de dependentes químicos em recuperação e o seu entorno submetido ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) em 2018 e aprovado e financiado em 2019. O projeto resultou de uma demanda da Comunidade Terapêutica a fim de potencializar uma das bases do tratamento de dependentes químicos: o trabalho. Além de estimular a laborterapia³ a partir de um processo de trabalho coletivo, participativo e autogestionário, a comunidade terapêutica pretende fomentar uma cultura agroecológica no território e seu entorno, bem como condicionar o processo de forma que os usuários da comunidade possam reconhecer na economia solidária uma estratégia de reinserção social no mundo do trabalho.

Desta forma, a proposta deste trabalho é discutir este projeto de forma a compreender como o NESIC vem se organizando teórica e metodologicamente para dar conta deste novo desafio. Trata-se de uma projeto muito recente, que está em vigência e, portanto, não nos permite apontar resultados finais. No entanto, é possível socializar as estratégias e expectativas frente a consolidação de outras formas de produzir e viver. Embora o projeto esteja em fase preliminar, nos pareceu relevante discuti-lo no âmbito do seção especial "Autogestão e extensão universitária: o papel do conhecimento na incubação de empreendimentos da Economía Social y Solidaria" da Revista Outra Economia, pois além de ser a experiência mais recente de incubação do NESIC, traz novidade ao processo de incubação que o Núcleo vem desenvolvendo ao longo de sua história.

Assim, o trabalho foi organizado em três momentos estreitamente relacionados. Um primeiro momento trata-se de uma exposição sobre o objeto da incubação, seus objetivos e proposta metodológica; na sequência, uma discussão sobre categorias fundantes que permeiam a estratégia

² Território localizado no perímetro urbano, por uma decisão normativa, mas que mantêm suas características e atividades ligadas ao rural e a constituição de expressões da ruralidade em espaços urbanos. No município de Pelotas existe o caso de famílias provenientes de áreas rurais, tanto de Pelotas quanto de municípios vizinhos, que por motivos diversos compraram lotes nos bairros urbanos e se instalaram mantendo as atividades rurais que já desempenhavam anteriormente (Pinto e Salomoni, 2012).

³ Laborterapia – consiste numa terapia pelo trabalho, uma terapia ocupacional que tem por finalidade resgatar uma certa integração do indivíduo em relação ao meio social, pois em suas fases finais, a tendência da doença é de isolar o indivíduo do convívio social, fazendo-o voltar-se para si mesmo. O objetivo da terapia ocupacional é antes de mais nada fortalecer um organismo debilitado por meio de exercícios e promover a integração do dependente químico em um meio social diverso daquele a que estava acostumado. O resultado prático é o de demonstrar ao indivíduo sua própria capacidade de realização e entrosamento social sem utilizar-se de outros recursos que não aqueles provenientes de sua própria personalidade.

deste processo de incubação; e, por fim, nas considerações finais, trazemos algumas notas de reflexão e cuidado sobre o processo.

Sobre o projeto: objeto, objetivos e metodologia

O projeto intitulado “Tecnologias Sociais, Economia Solidária, Agroecologia e Desenvolvimento Territorial: a ação extensionista do NESIC/UCPel junto à comunidade de dependentes químicos em recuperação e o seu entorno” consiste em desenvolver e ampliar as ações de extensão e incubação de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) a partir do trabalho proposto em parceria com o programa de recuperação de dependentes químicos - vinculados a Comunidade Terapêutica do Centro de Tratamento Alcoolismo e Drogadição/ CAEX (Pelotas) - articulando as dimensões associadas a Economia Solidária, Laborterapia, Agroecologia, Segurança e Soberania Alimentar e Nutricional e o desenvolvimento de Tecnologias Sociais junto a populações em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

A CAEX fica situada em um território do município de Pelotas numa área rururbano - um espaço de transição entre o rural e o urbano, de aproximadamente 150 hectares de terra. Neste espaço, o NESIC foi desafiado a pensar e executar junto com a comunidade um processo de geração de trabalho e renda de base agroecológica que atendesse tanto os usuários da comunidade terapêutica, bem como seus familiares e moradores das comunidades do entorno do território. Desta forma, desenvolveu-se uma proposta que envolve produção, comercialização e consumo a partir dos preceitos da Economia Solidária, Agroecologia e Desenvolvimento Territorial. Trata-se de um projeto plural que envolve três frentes principais na proposta da tecnologia social: produção, comercialização e consumo.

No âmbito da produção, o projeto implica na constituição de quintal agroecológico de produção orgânica e organização coletiva que deve se constituir em um EES, bem como num processo de laborterapia para os dependentes químicos que estão em processo de recuperação na Comunidade Terapêutica CAEX.

No âmbito da comercialização e do consumo, o projeto consiste numa relação estreita entre os sujeitos da produção e a Rede Bem da Terra, uma rede de economia solidária consolidada no município de Pelotas há aproximadamente 12 anos e que envolve produção, distribuição e consumo. Neste caso, a proposta é que os produtos sejam comercializados nas feiras itinerantes, virtual e Rizoma da Rede Bem da Terra.⁴

Objetivos

Conforme já sinalizado anteriormente, o projeto foi contemplado em um dos editais do CNPQ que tinha como objeto da chamada metodologias de Tecnologias Sociais e que visava um compromisso com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) propostos pela Organização das Nações Unidas (ONU) e firmados por 193 países, inclusive o Brasil, no âmbito da Agenda 2030 em 2015.

Tendo em vista tais objetivos, pode-se dizer que o projeto está estreitamente relacionado com três objetivos principais:

Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoraria da nutrição e promover a

⁴ A Rede Bem da Terra consiste em um processo que envolve produção (Associação de Produtores Bem Da Terra), distribuição (Rizoma Bem da Terra) e consumo (Associação Educacional de para o Consumo Responsável Bem da Terra). Atualmente a Rede Bem da Terra é um elo de articulação da economia solidária na região de Pelotas e, assim, é incubada pelos Núcleos de Economia Solidária das universidades de Pelotas: NESIC/UCPel, TECSOL/UFPeL E NESOL/IF. Para maiores informações sobre a Rede Bem da terra ver <http://bemdaterra.org>

agricultura sustentável.

Nesta perspectiva, o desenvolvimento do quintal agroecológico e a comercialização e consumos solidários – duas das principais metas do projeto compreendem um processo de tecnologias sociais pautadas pela agricultura de base agroecológica, pela soberania alimentar e pela economia solidária. (1) O primeiro consiste no conjunto de conhecimentos sistematizados, construídos na interação entre saber científico e saber tradicional, que defende a incorporação dos princípios ecológicos sustentáveis e dos valores culturais tradicionais do campesinato às práticas agropastoris; (2) O segundo, consiste no direito de produzir, comercializar e consumir alimentos a partir de circuitos locais de abastecimento e distribuição, vinculados à cultura, à diversidade ecológica e ao modo de vida dos territórios, que evitem a dependência em relação aos circuitos internacionais de comércio e que estimulem a produção de alimentos pela agricultura familiar e que sejam ecologicamente sustentáveis (e portanto livres de agroquímicos sintéticos e com baixo custo energético de produção e distribuição); e o (3) terceiro consiste no fomento de empreendimentos econômicos relacionados à produção, distribuição, consumo (de bens e serviços) e de crédito, urbanos e rurais, de caráter permanente e multifamiliar, nos quais a propriedade de seus meios, o trabalho, os resultados econômicos e o poder de decisão são compartilhados entre seus participantes sob os princípios da solidariedade, da autogestão e da cooperação, independentemente da forma jurídica sob a qual estejam registrados.

Assim, os processos de produção do alimento a partir do quintal agroecológico e a comercialização e o consumo a partir do Bem da Terra, são processos que visam promover outros modos de produzir e viver garantindo um alimento sustentável não só para os usuários da CAEX e seus familiares, como também para os moradores do território em torno da Comunidade Terapêutica e, finalmente, para os demais consumidores da Rede Bem da Terra.

Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.

Além da questão da Soberania Alimentar explicitada anteriormente, a questão da garantia de uma vida saudável se relaciona com o fato de ser um projeto que se preocupa com a saúde mental e a importância do bem-estar psicológico e físico através da laborterapia implicada no tripé do tratamento de recuperação de dependentes químicos da Comunidade Terapêutica CAEX. Neste caso, o projeto participa de um processo de conscientização quanto ao uso de álcool e drogas e o esclarecimento cada vez maior em torno da saúde mental.⁵

⁵ O uso abusivo de drogas e o tratamento das dependências de substâncias psicoativas têm sido tema de debate constante nas últimas décadas, principalmente por segmentos do meio científico e pela comunidade em geral. Diversas são as abordagens que envolvem esta problemática, o que propicia uma polêmica na qual poucos são os consensos. As abordagens de tratamentos da dependência de drogas são assim constituídas (Santos, 2000): - Manutenção de uma situação de abstinência, através dos grupos de auto e mútuo ajuda que têm como proposta trabalhar verbalmente a doença e os conflitos que acarreta, para assim controlarem uma situação de abstinência. Como exemplo temos os Alcoólicos Anônimos (AA) e os Narcóticos Anônimos (NA); - Substituição de uma dependência ilícita por outra similar lícita, como é o caso de alguns tratamentos psiquiátricos em que os médicos substituem as drogas, por exemplo, a heroína, pela metadona; - Controle medicamentoso da sintomatologia associada às dependências, trata-se aqui do modelo psiquiátrico tradicional, método bastante utilizado em hospitais psiquiátricos; - Adequação de indivíduos que apresentam comportamentos desviantes a uma norma estaticamente definida, são os modelos comportamentais; - Reestruturação de uma personalidade que apresenta distúrbios no seu desenvolvimento, são os modelos psicoterápicos. É dessas abordagens é que surgem diferentes concepções de tratar a dependência química, como por exemplo: - A política de redução de danos (política nacional da droga); - Tratamento de desintoxicação do organismo, como substituição de drogas ilícitas por lícitas, considerado bastante eficiente pelos modelos psiquiátricos; - tratamento de Comunidade Terapêutica que geralmente ressalta as abordagens de controle de abstinência, terapias cognitivas e comportamentais, psicoterapia, atendimento familiar e terapia ocupacional.

Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos.

Finalmente, o projeto implica num processo de consolidação do quintal agroecológico em um empreendimento econômico solidário. Os dependentes químicos em recuperação, usuários da CAEX, são em sua maioria jovens que estão fora do mercado de trabalho. Desta forma, o empreendimento pode se constituir num espaço de reinserção do dependente químico em recuperação no mundo do trabalho.

A partir desta proposta, o projeto foi alinhado a partir dos seguintes objetivos específicos:

Desenvolver pesquisa exploratória buscando mapear as potencialidades e demandas existentes no grupo, bem como pensar a organização do trabalho a partir da Laborterapia, que articula a multiplicidades de “saberes” e a diversidade de “fazeres”.

Realizar ação de pesquisa (junto ao público alvo) a fim de potencializar o trabalho da equipe buscando identificar os principais aspectos interseccionais – que articulam a produção solidária e o consumo responsável, com efeito para formação pedagógica baseada nos princípios e práticas propostas pelo projeto, quais sejam: economia solidária, laborterapia, trabalho associado, agroecologia, entre outros.

Estruturar processos de gestão, inovação, produção e distribuição solidária junto ao público de abrangência (residentes da comunidade terapêutica, residentes em processo de reinserção social, egressos da casa, familiares e consumidoras/es do entorno da Rede Bem da Terra) integrando a iniciativa de produção ao processo de comercialização que é realizado através de feiras livres e espaços permanentes de comercialização solidária empreendidas no território.

Realizar atividades formativas, intercâmbios técnicos e científicos a fim de difundir e acumular teórica e metodologicamente conhecimentos acerca das temáticas associadas à Incubação de EES, Economia Solidária, Autogestão, Sustentabilidade, Laborterapia, Consumo Responsável e formação de Redes.

Promover o desenvolvimento de tecnologias socialmente apropriadas às necessidades dos Empreendimentos de Economia Solidária enquanto estratégia de geração de trabalho, renda e desenvolvimento territorial, da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, do Consumo Consciente, Solidário e demais experiências difundidas no âmbito das Comunidades Terapêuticas.

Desenvolver ações de difusão e educação para o consumo responsável (consciente /sustentável /solidário) no território, visando a organização de grupos de consumo popular, com prioridade para a inclusão de estratos sociais em situação de vulnerabilidade econômica.

Participar de espaços e eventos de caráter científico com vistas à difusão, incorporação e aprimoramento metodológico e teórico do trabalho desenvolvido pela equipe junto aos empreendimentos e público beneficiário.

Metodologia

Metodologicamente, a consecução do projeto pressupõe uma articulação coerentemente lógica entre

movimentos sociais (economia solidária, consumo responsável, comércio justo, agroecologia, soberania alimentar), princípios teóricos (autogestão, educação popular, tecnologias sociais / adequação sociotécnica, soberania alimentar) e a laborterapia (já sinalizada anteriormente) como processo terapêutico para os dependentes químicos em recuperação.

A (1) autogestão pressupõe o empoderamento dos agentes partícipes do processo, tanto em nível individual quanto coletivo, através de fluxos de informação e de formação (educação), que possibilitem o envolvimento nos processos decisórios.

A (2) educação popular constitui o princípio educativo/pedagógico fundamental da experiência, que permite desenvolver a dialogicidade das diferentes formas de saber representadas pelos diferentes agentes do processo, valorizando os aprendizados individuais e coletivos e possibilitando as suas trocas no interior de uma comunidade colaborativa, sujeito da produção do próprio conhecimento. É o princípio teórico estruturante de todo o projeto.

A (3) adequação sociotécnica deve ser compreendida como a metodologia fundamental de desenvolvimento das tecnologias sociais.⁶

As etapas de execução do projeto forma delimitadas em três momentos: Pré- incubação – Estruturação; Incubação – Desenvolvimento; Desincubação - encerramento e avaliação.

O primeiro momento, Pré- incubação, momento atual, implica no processo de estruturação, seleção de pessoal, levantamento diagnóstico dos territórios onde será desenvolvido o projeto; e construção dos planos locais de ação, compreendendo encontros para definição de prioridades, ações e agentes responsáveis. Os planos de ação devem prever ações (em ordem de prioridade) nos seguintes âmbitos:

a. Educação – oficinas, cursos e mini-cursos. Para fins de programação, a coordenação do projeto deverá sugerir os seguintes temas, que deverão ser confirmados, substituídos ou acrescidos de outros temas, conforme a demanda social: (i) autogestão da produção: produtos e processos; (ii) autogestão em empreendimentos produtivos I: processos participativos; (iii) autogestão em empreendimentos produtivos II: planejamento econômico; (iv) autogestão em empreendimentos de consumo: GCRs; (v) gestão participativa de redes de produção e consumo solidários; (vi) execução e gestão participativa do quintal orgânico.

b. Quintal agroecológico: definição e adequação do espaço para o desenvolvimento da horta, e aquisição e disponibilidade dos equipamentos.

No segundo momento, intitulado de incubação, implica no desenvolvimento do projeto a fim de alcançar as metas. Assim, trata-se do momento de implementação dos planos de ação (locais e territorial), do Quintal Agroecológico e constituição de empreendimento econômico solidário para gestão do mesmo e, por fim, a realização do processo que envolve o escoamento da produção na Rede Bem da Terra.

Finalmente o período de conclusão do projeto envolve uma dinâmica de Desincubação - encerramento e avaliação. Aqui nos referimos a um processo final apenas do projeto financiado que é de curto prazo, 1 ano. Pois, obviamente, que um projeto desta dimensão não é possível de ser desincubado em tão pouco tempo. O envolvimento do NESIC com esta proposta provavelmente se estenderá por alguns anos, até que as metas estejam atendidas e consolidadas. No que diz respeito ao processo final do projeto financiado, previu-se um seminário de avaliação, que deverá indicar: - o

⁶ Produtos, processos e metodologias desenvolvidos na interação entre grupos sociais, podendo envolver a participação de quadros científicos, que valorizam as diferentes formas de saber e que têm como objetivo o aprendizado e/ou a criação de soluções tecnológicas livremente apropriáveis, ambientalmente sustentáveis e comprometidas com as perspectivas emancipatórias. As TSs envolvem conhecimentos relacionados à articulação entre humanos e natureza (produtos, processos produtivos, ferramentas de hardware e software etc.) e de humanos entre si (organizações, relações humanas e sociais, soluções jurídicas e contábeis etc.).

grau (qualitativo) de atingimento dos objetivos estabelecidos pelo projeto; - os encaminhamentos relativos a um novo planejamento para o a continuidade do processo.

Quatro categorias fundantes e estratégicas do projeto: Economia Solidária, Desenvolvimento Territorial, Tecnologia Social e Agroecologia

Economia Solidária

Este projeto implica em constituir uma iniciativa de Economia Solidária a fim de que os dependentes químicos em recuperação possam organizar uma alternativa de geração de renda, de agroecologia e que supra a necessidade da laborterapia no tratamento da dependência química. Com esta iniciativa, ainda é possível criar as condições de soberania alimentar para os diferentes sujeitos envolvidos no processo.

Nesta perspectiva, pretende-se aproximar as relações de trabalho aos princípios e valores admitidos na comunidade terapêutica, evitando de se submeterem novamente à alienação do trabalho, promovida pelo sistema capitalista. As pessoas têm mais espaços no Mundo do Trabalho se estiverem coletivamente organizadas do que isoladas. A proposta da Economia Solidária configura-se como uma maneira de sobrevivência do trabalhador, dispensando-o da exploração da mais valia, consolidando um processo que inibe a acumulação de capital e ainda contribui para a construção de uma organização democrática, solidária, associada, capaz de resgatar o indivíduo como sujeito do seu processo histórico (Santos, 2000).

A autogestão é um processo em construção no qual o trabalho e a relação entre as pessoas deve resgatar seu dimensionamento humano enquanto sujeitos que produzem e decidem. Para tanto, é necessária uma educação permanente dos envolvidos, afinal trata-se de um novo paradigma que está sendo colocado à frente das relações e do trabalho dos trabalhadores (ANTEAG, 2000).

Na sociedade contemporânea, a dependência química se torna uma problemática recorrente e, portanto, considerada um problema social e estrutural. Assim, reconhece-se que o processo de recuperação da dependência química passa pela necessidade de uma outra relação do usuário com a sociedade e, conseqüentemente, com o trabalho. Os tratamentos de reabilitação dos dependentes químicos em recuperação propõem uma transformação da pessoa humana, procuram levar o indivíduo a um conhecimento mais profundo de si e do contexto em que está inserido.

Nesta perspectiva, os princípios da Economia Solidária podem ter uma relação com os princípios de uma Comunidade Terapêutica. Segundo o Código de Ética da Federação Brasileira de Comunidades Terapêuticas, o trabalho nelas deve ser baseado no respeito à dignidade da pessoa humana (FEBRACT, 1999).

Ambas as experiências buscam valorizar o ser humano, permitindo que ele viva numa relação diferenciada das impostas pela sociedade capitalista. Tanto na comunidade terapêutica, como na economia solidária as pessoas vivem em comunidade, discutem as possibilidades, respeitam os diferentes saberes, enfim, não são tratadas como objetos e sim como sujeitos dos seus processos históricos. Desta forma, entende-se que esta é uma estratégia tanto para geração de trabalho e renda, como para os cuidados com a saúde mental.

No âmbito deste estratégia, este projeto pretende desenvolver uma estrutura autogerida (quintal agroecológico) que pretende ser,

uma organização legítima e democraticamente estruturada, capaz de garantir uma governança horizontal e coletiva das ações e recursos que são e serão compartilhados pelos diversos sujeitos que fazem parte do projeto de desenvolvimento territorial participativo, e que ao mesmo tempo respeita suas regras democráticas de tomada de decisão e obtém legitimidade legal para o exercício de suas

ações. Esta estrutura pode ser uma associação civil de pessoas físicas; uma cooperativa singular ou uma cooperativa de segundo grau; uma organização da sociedade civil de interesse público, ou qualquer outra forma jurídica que possa comportar internamente o caráter jurídico da horta comunitária que compõe o projeto (Nunes, Santos, Cruz, Gotardo e Vitoria, 2017:12).

Desenvolvimento territorial

A questão do desenvolvimento territorial e o próprio conceito de território assumiu uma dimensão no campo das ciências humanas e sociais que ultrapassa o debate realizado pela Geografia e pela Geopolítica. Além da Economia, a Sociologia e a Antropologia que se apropriaram do debate para explicar os objetos de estudo num determinado espaço social, cultural, econômico e político, o conceito passou a ser base para organização estratégica e metodológica de políticas públicas e sociais, sobretudo nos governos considerados mais progressistas no Brasil (2003 a 2016).

A noção de território nesta perspectiva mais ampla, permite que se abandone uma proposta estritamente setorial; impede a confusão entre crescimento econômico e desenvolvimento social; estimula a análise sobre organização local e processos de cooperação (Abramovay, 2007).

Nesta perspectiva que apontamos a economia solidária e a expansão da Rede Bem da Terra como uma estratégia de desenvolvimento territorial. Os objetivos e metas construídos permite descrever o projeto a partir de uma perspectiva de desenvolvimento territorial participativo. Como desenvolvimento territorial participativo compreende-se:

(a) um conjunto de ações de caráter econômico, social, político e tecnológico; (b) que se origina das demandas dos agentes locais, agrupados segundo características comuns de geografia física e humana, cultura política e organizacional, e objetivos socioeconômicos compartilhados; (c) cujo objetivo é ampliar as oportunidades de bem-estar e de elevação da condição de cidadania e de liberdade das pessoas; e (d) que são desenvolvidas coletivamente a partir da combinação de processos diretos e representativos de planejamento, execução e avaliação. O desenvolvimento é compreendido, então, como a busca da liberdade humana em seu sentido substantivo (de ampliação das oportunidades econômicas, das liberdades políticas, das facilidades sociais, das garantias de transparência, de segurança protetora e de preservação da natureza com vistas à sustentabilidade),⁷ como processo de caráter emancipatório (Nunes et al., 2017:11).

Além de atender o espaço territorial da CAEX, o projeto pretende desenvolver o processo de democratização do alimento agroecológico nas comunidades em torno da Comunidade Terapêutica.

A democratização do alimento agroecológico ainda é uma questão latente na sociedade brasileira. Segundo a Campanha Permanente contra os Agrotóxicos,⁸ o Brasil é o maior consumidor de alimentos com fertilizantes e agrotóxicos do mundo. Existe uma parcela significativa da população que já tomou consciência desta problemática e passou ao consumo de alimentos agroecológicos, no entanto trata-se de um alimento produzido em pequena escala por experiências de agricultura familiar e, portanto, torna-se um alimento mais escasso e mais caro que os vendidos no mercado convencional. Assim, torna-se difícil o acesso, ou mesmo a opção do alimento agroecológico compor a cesta básica das comunidades mais pobres. Esta vem sendo uma questão continuamente debatida na Rede Bem da Terra e, com a possibilidades de proximidade com as comunidades que compõe o território da CAEX, percebeu-se uma oportunidade de trabalhar o alimento agroecológico como direito humano e social

⁷ Dessas seis liberdades substantivas apontadas, as cinco primeiras foram formuladas especificamente por Amartya Sen e a sexta foi incorporada a partir dos debates desenvolvidos pela ecologia política, especialmente as noções formuladas por Joan Martínez-Alier e Vandana Shiva. (Nunes et al., 2017:12).

⁸ Para maiores informações sobre a Campanha ver <http://contraosagrototoxicos.org/>

junto as comunidades em situação de vulnerabilidade social.

O processo de democratização passa por fornecer para a população informações sobre os benefícios da alimentação saudável, sobre o alimento como direito e criar estratégias sobre abastecimento e preço para que este alimento seja uma opção acessível as classes populares (Mascarenhas e Gonçalves, 2017). Segundo Rocha (2019:06), as principais barreiras para o consumo agroecológico são:

a) ao comparar o alimento agroecológico com o alimento produzido em larga escala que contém agrotóxicos e adubos químicos é possível constatar que o agroecológico ainda tem um custo elevado, e, portanto, quem o pode consumir ainda é um grupo mais favorecido economicamente; b) os locais das feiras agroecológicas por serem de difícil acesso aos moradores das zonas periféricas da cidade acaba sendo um obstáculo para o consumo do alimento agroecológico, sendo assim, a maior parte da população, principalmente a população pauperizada, ainda não tem acesso a esses alimentos; c) os alimentos orgânicos vendidos em grandes supermercados tem um custo bastante elevado, o que contribui com a ideia de que todos os alimentos sem agrotóxicos são caros; d) a falta de conhecimento do mal causado pelo consumo de alimentos produzidos com agrotóxicos e adubos químicos contribui para o consumo destes alimentos; e) a escolha pelo consumo de alimentos padronizados, grandes e bonitos, ou seja, com boa aparência, faz o consumidor optar por alimentos produzidos com agrotóxicos e adubos químicos.

Desta forma, entendemos que o trabalho com esta perspectiva territorial compreende não só o fomento da economia solidária e da agroecologia no território, mas também a expansão da proposta do Bem da Terra no mesmo. Analisando experiência semelhante em São Paulo, Mascarenhas e Gonçalves (2017:35) concluem que “a decisão de levar os alimentos para serem vendidos na cidade deslocou o MICC⁹ para outros contextos, como a articulação de consumidores urbanos, a ampliação da comercialização (...)”. Assim, as autoras afirmam que

Incentivar e multiplicar iniciativas de circuitos curtos (...) podem ser possibilidades para enfrentar a questão da segurança alimentar e nutricional, aproximando consumidores e produtores e integrando campo e cidade. (...) a integração entre campo e cidade (...) é um possível arranjo local de abastecimento de alimentos para as classes populares, a preços acessíveis, com uma proposta de alimentação de qualidade e que, inclusive, se propõe a realizar atividades de sensibilização e educação alimentar (Mascarenhas e Gonçalves, 2017:39).

São três comunidades de Pelotas onde projetamos trabalhar: Vila Princesa,¹⁰ Dunas¹¹ e Estrada do

⁹ Para saber mais sobre o MICC: www.micc.org.br

¹⁰ Localizada junto à BR 116, a 15 km do centro de Pelotas, a vila Princesa tem hoje aproximadamente cinco mil moradores, a maioria pequenos agricultores oriundos da região da colônia, que vieram tentar a sorte em uma região ao mesmo tempo próxima da cidade, mas com as características da vida no campo com um território que aqui denominamos de rururbano.

¹¹ Loteamento Dunas datado de 1986 é uma ação do Executivo de Pelotas que ao receber como doação de um lote de 60 hectares de terra do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), localizada no Bairro Areal paralelo ao Bairro Bom Jesus na região leste do município de Pelotas. No ano de 1987 a 1988 foram entregues a posse dos 03 primeiros lotes. No período de 1989 a 1990 a Universidade Federal, junto a Prefeitura de Pelotas ao realizar o cadastramento de uma parcela da população, cadastrou 7.000 famílias que não dispunham de habitação, a proposta inicial para o lote seria entregar um projeto com condições de urbanização e moradia, que acaba por não se concretizarem função da troca de governo no município. De acordo com o censo demográfico do IBGE em 2010 a população estimada no loteamento é de 20.217 pessoas distribuídas num área com 29 ruas.

Engenho ou Passo dos Negros.¹² Todas as três comunidades constituem território de loteamento, socialmente vulnerável, com famílias com renda mensal que varia entre ½ e 1 ½ salários mínimo. Neste caso, o processo de expansão do Bem da Terra busca que estas comunidades possam ter acesso ao alimento agroecológico, da economia solidária, garantindo melhores condições de saúde e de soberania alimentar. Na Vila Princesa, estima-se atingir 40 famílias, com aproximadamente 200 pessoas e nas comunidades Dunas e Estrada do Engenho estima-se o envolvimento 30 famílias e 150 pessoas cada.

Além do processo expansão do Bem da Terra no território, pretende-se desenvolver circuito territorial de comercialização solidária que compreende a articulação da organização autogerida de produção solidária (quintal agroecológico) com espaços de consumo responsável e de distribuição. Trata-se da estruturação, em escala local/territorial, de mecanismos de distribuição/comercialização realizados entre empreendimentos produtivos da economia solidária e organizações e redes de consumidores responsáveis, num dado território local/regional.

Agroecologia e Tecnologia social

As tecnologias sociais surgem como alternativas modernas, simples e de baixo custo para a solução de problemas produtivos dos empreendimentos econômicos solidários. Elas são possibilidades de encontrar soluções efetivas para temas como educação, meio ambiente, energia, alimentação, habitação, água, trabalho e renda, saúde entre outros. Surgem como uma alternativa ao movimento convencional de desenvolvimento tecnológico e propõem uma lógica mais solidária e sustentável (Jesus e Costa, 2013).

As tecnologias desenvolvidas e disponibilizadas para as empresas tradicionais nem sempre são passíveis de utilização no contexto dos empreendimentos solidários – porque são inadequadas em sua escala, em sua forma de gestão, em sua relação com os recursos naturais etc., enfim, porque são fontes de reprodução das desigualdades. É preciso “reconceituar” a tecnologia de forma que a mediação técnica entre os produtores e a tecnologia e entre estes e a natureza seja marcada pelos princípios da economia solidária.

Segundo Dagnino (2009), tecnologia social compreende o processo de adequação, reprojetoamento ou desenvolvimento de novos produtos e processos de trabalho que são participativos desde sua concepção até seu desenvolvimento e aplicação. Sem dúvida o processo de produção agroecológico se enquadra neste conceito de tecnologia.

A produção agroecológica vem desenvolvendo ao longo do tempo um conjunto de técnicas bem distintas do padrão convencional de produção. Neste modelo existe uma preocupação com o resgate dos conceitos tradicionais e, ao mesmo tempo, um movimento de inovação com uma produção intensiva de conhecimento e desenvolvimento de tecnologias sociais. Em paralelo, há uma mudança no hábito de consumo de uma parcela significativa da população, que busca consumir alimentos de forma mais consciente, adquirindo produtos que sejam produzidos de maneira mais sustentável, valorizando a preservação do meio ambiente, uma remuneração mais justa do trabalho e produtos com

¹² Rua Estrada do Engenho é uma ocupação que concentra cerca de 60 famílias, denominada Ocupação Estrada do Engenho. No local habitam moradores há mais de 20 anos, sendo que um aumento do número de pessoas aumentou a partir de 2010. As condições socioespaciais daquela localidade são de um grande abandono do poder público em relação a promoção de serviços essenciais, como saneamento básico, iluminação, lazer, entre outros. Poucos moradores possuem acesso a água e energia elétrica, o restante tem que sobreviver com ligações de vizinhos. As famílias residentes desta ocupação buscam sua subsistência principalmente na área da pesca e coleta de resíduos sólidos, havendo um conflito com outros residentes desta área, já que essa região é muito valorizada pelo capital imobiliário e pelo poder público, como uma crescente urbanização de classe de média alta, a exemplos dos empreendimentos Lagos do São Gonçalo, Parque Una I e Una II, que se constituem enquanto condomínios de alto padrão.

identidade regional.

Esta mudança de processo produtivo e hábitos de consumo tornam o sistema de produção agroecológico importante possibilidade de geração de trabalho e renda para pessoas em vulnerabilidade social. Além disso, a produção coletiva e autogestionária de alimentos são uma forma de promover soberania alimentar para pessoas que se encontram em situação de miséria extrema, quer seja no campo quer seja na cidade.

Agroecologia é entendida como um enfoque científico destinado a apoiar a transição dos atuais modelos de desenvolvimento rural e de agricultura convencionais para estilos de desenvolvimento rural e de agriculturas sustentáveis (Feiden, 2005; Caporal e Costabeber, 2004). A partir da década de 1980 este termo passou a ter o significado que apresenta atualmente, sendo assim Gliessmann (2002) nos diz que agroecologia é a aplicação dos princípios e conceitos da ecologia ao desenho e manejo de agroecossistemas sustentáveis.

O estudo da agroecologia proporciona o desenvolvimento de base científica e tecnologias para promoção de estilos de agricultura mais sustentáveis, tendo como um dos seus objetivos a produção de alimentos de qualidade para a sociedade. No que se refere a ser sustentável pode-se destacar que é no sentido mais amplo da palavra, não se restringindo a aspectos ambientais e técnicos. Há no sistema de base ecológica uma preocupação com o aspecto social, pois reconhece uma relação estrutural de interdependência entre o sistema social e o sistema ecológico (Caporal e Costabeber, 2004)

Ao se preocupar com os aspectos sociais da produção de alimentos, a agricultura de base ecológica dá ênfase a remuneração justa ao trabalhador, erradicação do trabalho escravo e infantil, valorização do papel da mulher, promoção da identidade regional e incentivo ao trabalho cooperativo. Estes princípios aproximam muito a produção agroecológica dos fundamentos da economia solidária.

Para além da produção, a economia solidária preconiza relações mais solidárias, inclusive nos processos de comercialização, onde o consumo consciente, a diminuição de atravessadores e a remuneração mais justa dos trabalhadores são temas amplamente debatidos e difundidos.

A comercialização é um dos principais entraves para a viabilidade de empreendimentos da área da agricultura familiar, ainda mais se este se enquadra nos sistemas de base ecológica. É fundamental para viabilizar economicamente estes empreendimentos, a assessoria técnica especializada, que ajudará os produtores a planejarem a produção de acordo com as demandas dos consumidores e, também, criar alternativas para que estes produtos cheguem ao consumidor. Ao se fomentar iniciativas desta natureza é importante mapear alternativas para o escoamento, tanto canais de comercialização como a logística para que este produto chegue até o consumidor.

O êxito de experiências de geração de trabalho e renda na produção de alimentos de base ecológica deve ter como base o trabalho associado, a adoção de processos autogestionários, acompanhamento de assessoria técnica e articulação em rede. Paralelo a isso, os produtores devem estar amparados por um processo contínuo de formação para garantir sua permanência nos empreendimentos e promover uma remuneração justa do seu trabalho, um exemplo disto é a Rede Bem da Terra, que se organiza em diversas estruturas e frentes de comercialização, promovendo a soberania alimentar e uma remuneração mais justa dos produtores.

Iniciativas de produção de base ecológica se mostram como uma alternativa viável de geração de trabalho e renda e reinserção social de dependentes químicos em recuperação. Muitos estudos destacam o papel terapêutico e de resgate da cidadania de atividades ligadas a produção de alimentos conforme destaca Souza e Miranda (2017) a horticultura, além de resgatar a autoestima, proporciona aos pacientes uma atividade laboral, que os faz planejar, articular, executar e depois ver os resultados, possibilitando assim o resgate do sentimento de cidadania e de pertencimento à sociedade.

Considerações finais

Percebe-se, pelo exposto até aqui, que o projeto Tecnologias Sociais, Economia Solidária, Agroecologia e Desenvolvimento Territorial: a ação extensionista do NESIC/UCPel junto à comunidade de dependentes químicos em recuperação e o seu entorno compreende um processo teórico e metodológico novo frente a história do NESIC. Embora o projeto avance na expansão de tecnologias sociais e estratégias econômicas sociais e políticas que há muito fazem parte da proposta do Núcleo como economia solidária, agroecologia e soberania alimentar, há duas novidades desafiadoras: a questão relacionada com a reinserção de dependentes químicos em recuperação no mundo do trabalho e a questão relacionada a democratização do alimento orgânico e a expansão da Rede Bem da Terra.

O projeto está em fase inicial, no entanto, frentes aos novos desafios, vem despertando algumas preocupações que, conseqüentemente, implicam em cuidados metodológicos que explicitamos a seguir:

É a primeira vez que o NESIC trabalha com uma proposta que além de estar orientada para a dinamização de experiência de economia solidária e geração de trabalho e renda, compreende também um processo relacionado a saúde mental. Como já sinalizado no trabalho (mais especificamente na nota de rodapé n. 5), são muitas as estratégias para lidar com a problemática da droga e da dependência química. A Comunidade Terapêutica é uma delas e, pelo que podemos estudar, de fato os valores e princípios da economia solidária podem se constituir em contribuição importante para a relação que os usuários têm com o trabalho e com a sociedade. Por outro lado, o processo de tratamento da Comunidade Terapêutica consiste em um regime fechado de caráter disciplinar que é também reprodutor das relações sociais capitalistas. Assim, fica um desafio metodológico significativo: frente a estas circunstâncias, como trabalhar a economia solidária de forma que não seja considerada apenas uma atividade meio pela Comunidade Terapêutica, mas sim uma atividade fim, onde os sujeitos envolvidos compreendam e participem da economia solidária tendo em vista outra lógica de produzir e viver?

Ainda frente a dinâmica da Comunidade Terapêutica, é desafiador compreender como o processo formativo dos valores e preceitos da economia solidária e da autogestão, bem como o trabalho como princípio educativo vão entrar na agenda de atividades da Comunidade. Será trabalhado apenas com os residentes que se interessarem pela proposta? apenas com os residentes em processo de reinserção social? Será uma experiência dinamizada com todos os residentes da casa? Entendemos que a adesão ao processo de economia solidária é voluntária e, portanto, é preciso ter cuidado com o fomento desta proposta, com a geração de expectativas, tendo em vista a dinâmica de um tratamento de saúde mental;

No que diz respeito a expansão do Bem da Terra e democratização do alimento agroecológico no território, é necessário um processo de sensibilização e formação com as comunidades do entorno. Faz um tempo que a rede Bem da Terra está preocupada com a popularização da tecnologia social, no entanto isso exige um esforço metodológico e uma ação planejada que ainda precisa ser melhor desenhada pela equipe do NESIC junto com os sujeitos das comunidades;

Por fim, cabe destacar que as aspirações que se espera com os resultados do projeto são ousadas e implicam em um processo de médio a longo prazo, no entanto, tem-se recursos humanos e financeiros para garantir a operacionalidade do projeto por um ano. Neste caso, é preciso que o NESIC organize um planejamento para garantir atenção para as metas do projeto e incubação da estratégias no

território, mesmo depois do término do financiamento do CNPQ.

Apesar destas considerações, entendemos que se trata de uma experiência que vai permitir muito aprendizado coletivo, apropriação de novas tecnologias e metodologias de incubação e, principalmente, um processo educativo de trocas de saberes entre os diferentes sujeitos envolvidos no processo capaz de revitalizar uma dinâmica política, econômica e social no território comprometida com a economia solidária e outras formas de produzir e viver.

Referências

Abramovay, R. (2007). Para uma teoria dos estudos territoriais. Em A.C. Otega e N. A. Filho (Org.), *Desenvolvimento Territorial, Segurança Alimentar e Economia Solidária*. Campinas, Brasil: Alínea editora.

Associação Nacional de Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária (ANTEAG) (2000). *Autogestão e Solidariedade*. São Paulo, Brasil: Anteag.

Caporal, F. R. e Costabeber, J. A. (2004). *Agroecologia: alguns conceitos e princípios*. Brasília, Brasil: MDA/SAF/DATER-IICA. Recuperado de <http://www.fca.unesp.br/Home/Extensao/GrupoTimbo/Agroecologia-Conceitoseprincipios.pdf>

Dagnino, R. P. (2009). *Tecnologia Social: Ferramenta para construir outra sociedade*. Campinas, Brasil: IG/UNICAMP. Recuperado de http://www.actuar-acd.org/uploads/5/6/8/7/5687387/ts_ferramenta_sociedade.pdf

Federação Brasileira de Comunidades Terapêuticas (FEBRACT) (1999). *Código de Ética*. São Paulo, Brasil: FEBRACT.

Feiden, A. (2005). Agroecologia: Introdução e Conceitos Em Aquino, A. M. e Linhares de ASSis, R. (Eds.), *Agroecologia: princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável* (pp. 49-70). Brasília, Brasil: Embrapa Informação Tecnológica. Recuperado de <https://www.agencia.cnptia.embrapa.br/recursos/AgrobCap2ID-upGSXszUrp.pdf>

Gliessman, S. R. (2002). *Agroecología: procesos ecológicos en agricultura sostenible*. Turrialba, Costa Rica: CATIE.

Jesus, V. M. B e Costa, A. B. (2013). Tecnologia Social: um breve referencial teórico. Em A. B. Costa (Ed.), *Tecnologia social e Políticas Públicas* (pp. 18-32). São Paulo, Brasil: Instituto Pólis; Brasília, Brasil: Fundação Banco do Brasil.

Mascarenhas, T. S. e Gonçalves, J. R. (2017). *Consumo Responsável em Ação: Tecendo relações solidárias entre o campo e a cidade*. São Paulo, Brasil: Instituto Kairós.

Nunes, T. G.; Santos, A. M.; Cruz, A. C. M.; Gotardo, S. e Vitoria, L. (2017). Rizoma Bem da Terra: rede de redes num circuito territorial de comércio justo no extremo sul do Brasil. Projeto de extensão. Pelotas: UCPEL.

Pinto, C. V. e Salamoni, G. (2012). Urbanização e Ruralidade: Concepções teóricas e estudo empírico em Pelotas-RS. Trabalho apresentado no XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária, Uberlândia, Brasil.

Rocha, M. R. (2019). Limites e desafios da democratização do alimento agroecológico: a rede bem da terra e suas estratégias de comercialização da produção agroecológica (Projeto de Dissertação de Mestrado). Programa de Pós Graduação em Política Social e Direitos Humanos, Universidade Católica de Pelotas, Brasil.

Santos, A. M. (2000). A Economia Solidária como estratégia de Reinserção Social do Dependente Químico no Mundo do Trabalho (Trabalho de Conclusão de Curso Serviço Social). Universidade Católica de Pelotas, Brasil.

Souza, T. S. e Miranda, M. B. S. (2017). Horticultura como tecnologia de saúde mental. *Revista Psicologia, Diversidade e Saúde*, 6(4), 85-98. Recuperado de <https://www5.bahiana.edu.br/index.php/psicologia/article/view/1662>

Enviado: 20/03/2019
Aceptado: 10/04/2019

Cómo citar este artículo:

Santos, A. M.; Vechia, R. D., Gotardo, S.; Nunes, T. G. e Monks da Silveira, V. (2019). Tecnologias Sociais, Economia Solidária, Agroecologia e Desenvolvimento Territorial: a ação extensionista do NESIC/UCPel junto à comunidade de dependentes químicos em recuperação e o seu entorno. *Otra Economía*, 12(21), 204-218.